



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 53/XV/2.^a SL

Aos 12 dias do mês de dezembro de 2023, reuniu, pelas 14 horas e 30 minutos, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, na sala nove do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação de relatório relativo ao Projeto de Lei n.º 946/XV/2^a (PCP) – “Limita a acumulação de subvenções e elimina regimes especiais de aposentação dos titulares de cargos políticos e equiparados”

Relatora indicada: Deputada Isabel Alves Moreira (PS)

2. – Apreciação e deliberação sobre a nota de admissibilidade da Petição n.º 246/XV/2^a – “Porque é que os deputados não respondem aos cidadãos?”

3. – Ponto de situação sobre iniciativas pendentes na Comissão para trabalho na especialidade

4 – Diversos

A Senhora **Presidente da Comissão, Deputada Alexandra Leitão (PS)** deu início à reunião com o ponto 1 onde informou que a Comissão não tinha recebido o parecer da Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), que aliás se encontrava ausente na reunião, após o que, o Senhor **Deputado Francisco Pereira de Oliveira (PS)** solicitou a palavra para informar que a Senhora Deputada relatora se encontrava doente e solicitara o adiamento deste ponto para a próxima reunião.

A reunião prosseguiu com o ponto 2 onde a **Senhora Presidente** colocou a apreciação da Comissão a Nota de Admissibilidade, elaborada pelos serviços, relativa à Petição n.º 246/XV/2^a – “*Porque é que os deputados não respondem aos cidadãos?*”, e a subsequente tramitação nela proposta. Resumidamente, informou que a petição ficaria concluída com a apreciação da Nota de Admissibilidade, dado ter sido subscrita por apenas 12 peticionários, a não ser que a Comissão entendesse dever ser seguida outra



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 53/XV/2.^a SL

tramitação. Por outro lado, é sugerido que seja dado conhecimento da petição e da Nota de Admissibilidade, uma vez aprovada, a todos os Grupos Parlamentares e Deputados Únicos Representantes de um Partido (DURP).

Face ao exposto, não merecendo a Nota de Admissibilidade qualquer observação por parte da Comissão, a Senhora Presidente submeteu-a a votação tendo sido aprovada com os votos a favor de PS, PSD, CH, IL e PCP, registando-se a ausência do BE.

No ponto 3 a Senhora Presidente informou sobre os processos legislativos que se encontravam pendentes na Comissão e solicitou aos proponentes que se pronunciassem sobre a sua intenção de lhes dar seguimento até à dissolução da Assembleia da República, já anunciada para o próximo dia 15 de janeiro. Informou que os Serviços convidaram a DURP do PAN a estar presente para se pronunciar sobre o seu Projeto de Lei n.º 358/XV/1.^a (PAN) - que baixou à Comissão para nova apreciação na generalidade -, a qual informou que estaria presente, embora se verifique a sua ausência na reunião. Assim sendo, à partida, e não havendo pronúncia em sentido contrário, considerar-se-á que, não há interesse do proponente em avançar com este processo legislativo.

Pedia, então, que a Comissão se pronunciasse sobre os Projetos de Leis n.ºs 613 do PCP relativo à matéria das «portas giratórias» e 978 do PS, relativo à «represtinação», ambos os quais já foram aprovadas na generalidade em Plenário e baixaram à Comissão para a especialidade.

O Senhor **Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**, disse que relativamente ao Projeto de Lei n.º 978 do GP do PS, estava em causa uma norma clarificadora, que durante o debate em Plenário foi consensualizado que teria de ser reformulado para figurar como um aditamento à Lei n.º 52/2019 de 31 de julho; já o Projeto de Lei n.º 613 do GP do PCP, que também introduz alterações à Lei n.º 52/2019 de 31 de julho, parece ter reunido um consenso bastante alargado pelo debate havido sobre a iniciativa em Plenário, pelo que parecem estar reunidas as condições para este dois processo legislativos serem concluídos até porque ambos já foram aprovados na generalidade. Por outro lado, alterando as duas



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 53/XV/2.^a SL

iniciativas o mesmo diploma, poderá a Comissão até equacionar apresentar um texto final único, fundindo as duas iniciativas numa única alteração à Lei, sendo comum o consenso alcançado em torno das mesmas. Neste sentido propôs que fosse fixado um prazo para a apresentação de propostas de alteração e que as iniciativas fossem agendadas para apreciação e votação na especialidade, na próxima reunião da Comissão.

A Senhora **Deputada Alma Rivera (PCP)**, disse que o PCP pretendia concluir o processo legislativo relativo ao seu Projeto de Lei n.º 613, pelo que solicitou o seu agendamento para a próxima reunião da Comissão.

A Senhora **Deputada Emília Cerqueira (PSD)** disse compreender a necessidade de ser concluído o processo legislativo relativo ao Projeto de Lei n.º 978 do GP do PS, pelo perigo de existir um vazio legal se não o for, o que necessita de ser urgentemente acautelado pelo legislador para salvaguarda da segurança jurídica. Já quanto aos demais processos legislativos pendentes em Comissão, discorda com a sua conclusão, porquanto, entende que a seriedade das matérias que abordam exige que sejam revistados para sobre eles ser feita uma reflexão com seriedade e serenidade, eventualmente em conjunto com a matéria do «lobbying», pelo que entende que estes processos legislativos devem ser retomados na próxima Legislatura.

A Senhora **Deputada Alma Rivera (PCP)** manifestou discordância, recordando que o Projeto de Lei n.º 613/XV/1.^a do PCP já havia sido aprovado na generalidade, pelo que ninguém compreenderia que assim morresse para depois ser retomado na próxima legislatura, até porque a iniciativa pretende dar resposta a um problema que se encontra muito bem identificado na sociedade e que contrapõe interesses privados com o eventual prejuízo do interesse público.

A Senhora **Deputada Emília Cerqueira (PSD)** sublinhou que a iniciativa em causa havia sido aprovada em março de 2023, pelo que houve muito tempo para lhe dar seguimento, o que não aconteceu. Agora, o contexto é outro, estamos perante uma dissolução da Assembleia da República a prazo, e não faz sentido legislar sobre esta matéria à pressa.



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 53/XV/2.^a SL

O Senhor **Deputado Pedro Delgado Alves (PS)** disse ser importante ter em conta as diferentes matérias, bem como a sua complexidade, mas que no caso do Projeto de Lei n.º 613, é inequívoco o consenso alargado que alcançou em Plenário e essa circunstância não se alterou. A dissolução da Assembleia da República apenas veio acelerar a conclusão deste processo legislativo. Por outro lado, tendo a iniciativa sido aprovada na generalidade em março, houve muito tempo, até à data, para uma revisitação do processo, da matéria e uma reflexão ponderada sobre a mesma por todas as forças políticas, pelo que não vê qualquer razão para a mesma não ser agendada para apreciação e votação na especialidade na próxima reunião da Comissão.

A Senhora **Deputada Emília Cerqueira (PSD)** disse que não fazia sentido abrir um processo de especialidade agora, largos meses após a sua aprovação na generalidade.

O Senhor **Deputado Rui Paulo Sousa (CH)** disse que atendendo à situação política que se vivia, bem como ao facto de serem vários os processos legislativos que se encontravam a ser agendados para apreciação e votação na especialidade nas diversas Comissões, com a urgência e timing impostos pelo contexto político que é conhecido, não entendia porque motivo a iniciativa do PCP não devia ter seguimento, até porque ela visava dar resposta ao problema dos interesses próprio e privados e ao combate à corrupção. A iniciativa já foi aprovada na generalidade e por isso devia continuar a ser tramitada e concluída.

Após as diversas intervenções a Senhora Presidente concluiu que, deveriam ser agendadas para a especialidade para a próxima reunião da Comissão os Projetos de 4 Leis n.º s 613/XV/1.^a (PCP) e 978/XV/2.^a (PS), sendo que, à partida, as demais iniciativas pendentes na Comissão ficariam prejudicadas nesta legislatura.

Entrando no ponto 4 da agenda da reunião, a Senhora Presidente colocou à consideração da Comissão a possibilidade de a audiência solicitada pela Associação Transparência e Integridade - adiada a pedido da entidade -, ser reagendada para o próximo dia 9 de janeiro, caso fosse entendido que a mesma deveria ser satisfeita ainda nesta legislatura.



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 53/XV/2.^a SL

Após um breve debate sobre a matéria em que intervieram as **Senhoras e Senhores Deputados Emília Cerqueira (PSD), Francisco Pereira de Oliveira (PS) e Rui Paulo Sousa (CH)**, foi consensualmente deliberado que a audiência deveria ser concretizada nesta Legislatura, na data proposta pela Senhora Presidente, ou seja, antes da dissolução da Assembleia da República.

Não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente deu por concluídos os trabalhos, e agradeceu aos Senhores Deputados a sua presença e participação na reunião.

A reunião foi encerrada pelas 15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de dezembro de 2023.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandra Leitão)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 53/XV/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Leitão (PS)
Francisco Pereira De Oliveira (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Marta Temido (PS)
Paulo Pisco (PS)
Pedro Delgado Alves (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sofia Andrade (PS)
André Coelho Lima (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Sofia Matos (PSD)
Rui Paulo Sousa (CH)
Carlos Guimarães Pinto (IL)
Alma Rivera (PCP)
Carla Sousa (PS)
Diogo Cunha (PS)
Fernando José (PS)
Emília Cerqueira (PSD)
Mónica Quintela (PSD)
Ofélia Ramos (PSD)
Paulo Rios De Oliveira (PSD)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 53/XV/2.^a SL

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Alves Moreira (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Azevedo Castro (PS)

Paulo Araújo Correia (PS)

Raquel Ferreira (PS)

Sara Madruga Da Costa (PSD)

Pedro Filipe Soares (BE)